

RECLAMAÇÃO 22.038 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
RECLTE.(S)	: MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: FRANCIELE TELLES GUADAGNINI DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: JANETE CLAIR MEZZOMO ZONATTO
INTDO.(A/S)	: COOPERATIVA MISTA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS DO ALTO URUGUAI LTDA. - COMTAU
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

**RECLAMAÇÃO – IMPROPRIEDADE –
NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO
PEDIDO.**

1. O Município de Bento Gonçalves/RS articula com o desrespeito ao acórdão do Supremo prolatado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16/DF e ao Verbete Vinculante nº 10 da Súmula. Visa anular o acórdão da Quarta Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região no Recurso Ordinário nº 0000127-67.2013.5.04.0511, por meio do qual restou afastada a vigência do § 1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, considerada a jurisprudência consolidada nos itens IV e V do Enunciado nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

Consoante alega, a responsabilização subsidiária pelo pagamento das obrigações trabalhistas importaria em desrespeito aos referidos paradigmas.

Requer a concessão de medida acauteladora para suspender, até o julgamento final desta reclamação, a tramitação do processo trabalhista e, alfim, busca ver cassado o acórdão questionado, de modo a garantir a autoridade do pronunciamento formalizado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16/DF e do teor do Verbete Vinculante nº 10 da Súmula.

2. Observem os limites próprios à reclamação. A medida, de natureza excepcional, pressupõe a usurpação da competência do Supremo ou o desrespeito a decisão por si proferida. No caso, o acórdão concernente à Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16/DF não versa o tema envolvido no recurso ordinário: responsabilidade subsidiária do ente público em virtude de contrato firmado com cooperativa fraudulenta. Pelo mesmo motivo, não vislumbro o aludido afastamento do artigo 71, § 1º, Lei nº 8.666/93.

3. Ante o quadro, nego seguimento ao pedido.

4. Publiquem.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator